

UNIVERSIDADE FEDERAL DE MINAS GERAIS

Reitor: Ronaldo Tadêu Pena

Vice-Reitora: Profa. Dra. Heloísa Starling

FACULDADE DE LETRAS

Diretor: Prof. Dr. Jacyntho José Lins Brandão

Vice-Diretor: Prof. Dr. Wander Emediato de Souza

Comissão Editorial

Câmara de Pesquisa

Faculdade de Letras – UFMG

Av. Antônio Carlos, 6627.

31270-901 Belo Horizonte MG- Brasil

Compras

Faculdade de Letras - UFMG

Av. Antônio Carlos, 6627.

31270-901 Belo Horizonte

MG -Brasil

Fone: 55(31)3409-5123

jania@netuno.lcc.ufmg.br

Jânia M. Ramos e Mônica A. Alkmim
(Organizadoras)

**PARA A HISTÓRIA DO
PORTUGUÊS BRASILEIRO**

Volume V: *ESTUDOS SOBRE MUDANÇA LINGÜÍSTICA E
HISTÓRIA SOCIAL*

Editora FALE/UFMG

Belo Horizonte

2007

Ficha catalográfica elaborada pelas Bibliotecárias da Biblioteca FALE/UFMG

P221

Para a história do português brasileiro / Jânia M. Ramos e Mônica A. Alkmim (organizadoras.) – Belo Horizonte : Faculdade de Letras da UFMG, 2007.
v.

Vários autores.

Inclui bibliografia.

Conteúdo: v. 1. Primeiras idéias – v. 2. t. 1 – t. 2 Primeiros estudos – v. 3. Novos estudos – v. 4. Notícias de corpora e outros estudos – v. 5. Estudos sobre mudança lingüística e história social – v. 6. Novos dados, novas análises.

ISBN: 978-85-7758-034-7

1 Língua portuguesa – Brasil – História. 2. Língua portuguesa – Aspectos sociais – ismo (Lingüística). 6. Língua portuguesa – Gramática. 7. Mudanças lingüísticas. 8. História social. 9. Lingüística histórica. I. Ramos, Jânia Martins. II. Alkmim, Mônica A.

CDD : 469.798

Editor Responsável
Profa. Dra. Jânia M. Ramos

Projeto de Capa
Editora Humanitas/USP

SUMÁRIO

<i>Apresentação</i>	9
Estudos de Mudança Lingüística	
<i>Existe um ciclo de gramaticalização do artigo na România?</i> Johannes Kabatek	13
<i>Análise multissistêmica das preposições do eixo transversal no português brasileiro: espaço /anterior/ ~ /posterior/</i> Ataliba T. de Castilho	53
<i>Considerações acerca de mudanças semânticas da preposição “até” no português do século XIX</i> Mário Eduardo Viaro.....	133
<i>Gramaticalização da preposição “com” no português brasileiro do século XIX</i> Nanci Romero.....	155
<i>A gramaticalização da preposição “entre” no português brasileiro do século XIX</i> Verena Kewitz.....	169
<i>Gramaticalização da preposição “de”, introdutora do segundo elemento do par correlativo comparativo</i> Marcelo Módolo.....	181

<i>Complementos verbais introduzidos pela preposição 'a'</i> Marilza de Oliveira.....	197
<i>Advérbios qualitativos e modalizadores em –mente: do português arcaico ao português do século XIX</i> Mário Eduardo Martelotta e Afrânio Gonçalves Barbosa... ..	235
<i>Para o estudo do artigo definido antes de pronome possessivo no português brasileiro: algumas observações</i> Ane Schei.....	265
<i>O objeto nulo nas cartas de leitores publicadas na imprensa brasileira do século XIX</i> Sonia Maria Lazzarini Cytino.....	283
<i>Algumas diretrizes para uma abordagem formal da gramaticalização</i> Lorenzo Vitral e Jânia Ramos	317
<i>Notícias sobre o tratamento em cartas escritas no Brasil dos séculos XVIII e XIX</i> Célia Regina dos Santos Lopes e Maria Eugênia Lamoglia Duarte....	329
Estudos de História Social	
<i>Por uma história social do português no Brasil</i> Renato Pinto Venâncio.....	359
<i>Panorama preliminar da história do letramento de negros na Bahia</i> Rosa Virgínia Mattos e Silva, Klebson Oliveira e Tânia Lobo.....	373
<i>Elementos para uma sócio- história do semi- árido baiano (Zenaide de Oliveira Novais Carneiro e Norma Lúcia F. Almeida).....</i>	423
<i>Aspectos da História Demográfica e social do Rio de Janeiro (Dinah Callou e Carolina Serra).....</i>	443

<i>Os escravos e a língua: em busca de bases históricas para uma Reflexão</i> Tânia Alkmim.....	465
<i>Escravos em anúncios de jornais brasileiros do século XIX: Discurso e ideologia</i> Helena Nagamine Brandão.....	485
<i>Marcas de interação na correspondência publicada em jornais</i> Maria Lúcia da Cunha Victório de Oliveira Andrade.....	507
<i>O gênero notícia no Brasil: notas para uma história</i> Marlos de Barros Pessoa.....	545
<i>Registros rurais de tupinismos no Atlas Lingüístico do Paraná e sua relação com a história social paranaense</i> Vanderci de Andrade Aguilera, Lídia Albino e Celciane Alves Vasconcelos.....	579

Em resumo, o presente volume constitui uma significativa amostra do trabalho que vem sendo produzido por uma equipe de especialistas em história da língua portuguesa, ao longo dos últimos dez anos.

As Organizadoras

Existe um ciclo de gramaticalização do artigo na România?

por

Johannes Kabatek

Universität Tübingen, Alemanha

1. O estudo da gramaticalização tornou-se, nos últimos tempos, uma das principais áreas da lingüística histórica e, sobretudo, da lingüística cognitiva, sendo as línguas românicas utilizadas com freqüência como fonte de exemplos ilustrativos. De fato, a evolução das línguas românicas apresenta alguns casos “típicos” de gramaticalização, principalmente quando se comparam o francês moderno e o latim e em casos como o surgimento das perífrases verbais temporais, das partículas de negação ou dos advérbios terminados em *-mente*. Nesse contexto, o termo gramaticalização (em inglês, *grammaticalisation* ou *grammaticization*, cf. Hopper; Traugott, 1993, xvi) é usado de maneira não-uniforme, ou melhor, com diferentes restrições. Tradicionalmente, utiliza-se esse termo, em analogia à lexicalização, para todos os processos nos quais um elemento qualquer se integra ao sistema gramatical de uma língua. Em estudos mais recentes, ele aparece de forma menos abrangente: primeiro, com referência a Antoine Meillet,¹ especificamente no que diz respeito a processos de transformação, nos quais elementos do léxico se tornam elementos da gramática (por exemplo, lat. *mens* como doador do sufixo adverbial *-mente*); segundo, com referência a Jerzy Kuryłowicz, como um processo no qual ou elementos do léxico se transformam em elementos da

¹ Meillet é considerado nas pesquisas atuais como o “descobridor” da noção de gramaticalização. No século XIX, entretanto, a idéia de que a gramática retira seus elementos do léxico já era difundida (e, dessa forma, também evidente para Meillet) e pode ser encontrada já no século XVIII em John Horne Tooke (1786).

gramática, ou elementos da gramática se tornam “mais gramaticais” ainda.²

Essa última definição implica uma graduação do termo *gramática*, o que alcançou consenso nos últimos anos, quando, em algumas escolas lingüísticas, uma das mudanças fundamentais de paradigma consistia em substituir o pensamento em categorias discretas pela noção de *continuum*. Pode-se considerar ainda como uma restrição adicional nos estudos da gramaticalização a predominância do ponto de vista “cognitivo”, a partir do qual os processos de gramaticalização observados em diferentes línguas do mundo têm a sua razão de ser em princípios cognitivos básicos, como o fato de que categorias gramaticais mais abstratas são freqüentemente substituídas por elementos concretos (por exemplo, temporalidade por espacialidade), já que o pensamento humano busca a reificação do abstrato. Além dessas restrições, desenvolveram-se nas pesquisas de gramaticalização determinados princípios básicos, aceitos em geral, pelo menos como tendências predominantes. Entre esses podem-se citar o princípio da unidirecionalidade e o da irreversibilidade de processos de gramaticalização,³ ou o princípio da ciclicidade, como já defendido em diferentes pontos na teoria da mudança lingüística.⁴

2. Um caso bem específico, mas mencionado na maioria das obras de referência sobre gramaticalização, é o chamado ciclo do

² “Gramaticalização consiste no aumento do domínio de um morfema, avançando de um *status* lexical para um *status* gramatical, ou de um menos gramatical para um mais gramatical, por exemplo, de um formante derivacional a um flexional.” (Kuryłowicz, 1965: 69; cf. também Heine, Claudi e Hünemeyer, 1991: 2; e Hopper e Traugott, 1993, XV). Para noções introdutórias sobre gramaticalização ver, entre outros, Lehmann (1982, 1985); Hopper e Traugott (1993); Bybee, Perkins e Pagliuca (1996).

³ Cf., por exemplo, Haspelmath (1999).

⁴ Já abordado por Georg von der Gabelentz ou Otto Jespersen; na literatura atual em Helmut Lüdtke (1980); cf. também, em relação ao artigo, Givón (1978).

artigo, como apresentado principalmente por Joseph Greenberg em diversos trabalhos (1978; 1991). Esses trabalhos, citados posteriormente na discussão sobre gramaticalização em geral, serviram de estímulo para uma série de outros estudos sobre o tema — também no que diz respeito às línguas românicas. Greenberg estabelece, principalmente através da análise de diversas línguas da família Níger-Congo, uma escala de evolução dos denominados “marcadores de gênero” (gender markers),⁵ a qual é constituída de quatro níveis. No nível 0 estão os demonstrativos, considerados “a origem mais comum do artigo definido” (1978, 61).⁶ O “passo” do nível 0 para o nível I é aquele a partir do qual um demonstrativo, depois da redução de sua força dêitica — o que pode ser explicado, entre outros fatores, através do uso anafórico⁷ —, torna-se um identificador geral, também

⁵ Greenberg (1978: 49 *et seq.*) divide as línguas com diferentes sistemas de classificação nominal naquelas com sistemas de gênero, classificadores de número e classificadores de possessivo.

⁶ Há um grande número de línguas sobre as quais se pode comprovar que os artigos se transformaram em demonstrativos. Cf. Heine; Kuteva (2001: 109 *et seq.*).

⁷ Cf., por exemplo, Wackernagel (1924: 130 *et seq.*). Em relação ao romeno, os usos do demonstrativo, como em *omul cel bun*, os quais conduzem à utilização de um “falso artigo” (cf. Greenberg, 1978: 76 *et seq.*; Gamillscheg, 1936; Lerch, 1940), são considerados causadores da perda da força dêitica do demonstrativo, o que dá ensejo à criação de processos mais expressivos para a demonstração. Sobre a história do surgimento do artigo nas línguas românicas há uma vasta literatura (cf. em Schmitt, 1987 e Selig, 1992 uma visão panorâmica deste tema). Segundo Himmelmann (1997: 96), não se pode explicar a gramaticalização como “uma perda progressiva da força dêitica” do demonstrativo latino; esta deveria ser explicada como “uma rede de possíveis pontos de transição entre contextos de uso pragmática e semanticamente definidos e entre diferentes contextos de uso semanticamente definidos”. Ele aponta que os contextos anafóricos podem explicar somente em parte o surgimento do artigo e acentua principalmente o significado da “dêixis anamnésica” (o termo é proveniente de Bühler, 1934: 309; cf. também “Intermediate techniques” em Auer, 1984). Uma vez que se trata aqui sobretudo da evolução do

para aqueles elementos conhecidos através do contexto ou devido ao seu caráter universal (por exemplo “o sol”). No nível II, amplia-se o emprego do artigo definido a praticamente todos os substantivos; o uso do artigo torna-se cada vez mais redundante, apesar de existirem casos típicos de exceções: sobretudo nomes próprios, predicados nominais e objetos negados. Greenberg chega à conclusão de que essas “exceções” surgem tipicamente em dois pólos contrários de uma escala de determinação. De um lado, na posição em que um nome já está inerentemente determinado — como os nomes próprios —, de outro, em casos de uso genérico. No nível III, por fim, a utilização do artigo é ampliada a todos os substantivos. Nesse nível, não há mais oposição de elementos com ou sem artigo. Dessa forma, ele perde totalmente sua função inicial e transforma-se em pura marca nominal. Nos casos em que o artigo possuía anteriormente funções secundárias, como a de marcar gênero ou número, essas tornam-se a função principal, juntamente com a de marca nominal, a qual também pode ser utilizada para a substantivação de verbos.⁸

Nível 0		Nível I		Nível II		Nível III
Demonstrativo	→	Artigo definido	→	Artigo não-genérico	→	Marca nominal
por exemplo> lat. ILLE	>	lat. arc./fr. arc. ILLE/ <i>le</i>	>	fr. <i>Le</i>	>	fr. <i>le</i> ??

Em relação à idéia de uma evolução cíclica do processo de gramaticalização, deve-se dizer que podem surgir novos demonstrativos nos níveis que se seguem ao nível I, os quais, por sua vez, são candidatos para esse processo.

artigo nas línguas românicas, não será aprofundado neste trabalho seu surgimento.

⁸ Cf. também Lehmann (1982: 57).

Há, assim, uma correlação entre a evolução do ciclo e a redução, cada vez mais marcante, da possibilidade de se utilizar substantivos sem artigo. No nível I existe ainda uma oposição real entre o uso com ou sem artigo, a qual se torna quase insignificante no nível II e desaparece totalmente no III.

Quais são, atualmente, as possibilidades de utilização de substantivos sem artigo nas línguas românicas e em que posição da escala de Greenberg os artigos dessas línguas devem ser, conseqüentemente, inseridos são as principais questões com as quais me ocuparei neste trabalho. A análise ficará restrita a algumas considerações importantes sobre o francês e os idiomas ibero-românicos — neste caso, o espanhol, o português europeu e o português brasileiro.⁹ Observando-se as línguas românicas, pode-se constatar que o francês é o que corresponde de forma mais evidente à escala de Greenberg, ocupando nessa a posição mais avançada. A análise a seguir será, portanto, iniciada com essa língua.

3. Um ano antes da publicação do ensaio de Greenberg, Martin Harris (1977) já havia proposto, para o francês, um ciclo de gramaticalização do artigo. Baseando-se no conhecido fato de que o desaparecimento das desinências verbais e nominais no francês do final da época medieval tenha feito com que gênero e número não fossem mais expressos no próprio substantivo, mas sim, com poucas exceções, através de artigos ou demonstrativos, Harris defendeu a hipótese de que *le* se havia transformado, em francês, em um prefixo de gênero e número. Ao mesmo tempo, segundo ele, o sistema havia sido restabelecido com o

⁹ No que diz respeito ao idioma italiano, pode-se observar que, por um lado, ele apresenta uma certa semelhança com o espanhol, por outro, possui tendências que o aproximam do francês, devido à existência de um artigo partitivo, que tem o uso fixado, em parte, pela norma (mas também não-uniforme nas diversas variedades). Em romeno podem-se constatar, em um sistema semelhante (apesar da diferença superficial da ênclise do artigo), alguns empregos divergentes daqueles das demais línguas românicas (principalmente em relação às preposições).

deslocamento de *ce* na função de artigo, conforme o seguinte esquema (Harris, 1977: 256):

	Prefixo de gênero e número	Artigo	Demonstrativo
lat. cl.	-	-	HIC - ISTE - ILLE
lat. v.	-	ILLE	ECCE ISTE - ECCE ILLE
fr. arc.	-	<i>le</i>	<i>cest - cel</i>
fr. mod.	<i>Le</i>	<i>ce</i>	<i>ce ... ci - ce ... lá</i>

Apesar de as observações de Harris sobre a evolução do demonstrativo latino estarem corretas — observações estas certamente de conhecimento geral —, suas conclusões parecem ser um pouco precipitadas. Primeiro, *ce* não possui no francês moderno apenas uma função atualizadora, mas também discriminadora;¹⁰ segundo, *le* não apresenta, de forma alguma, exclusivamente a função marcadora de gênero e número.¹¹

A evolução do artigo em francês foi também abordada em diversos trabalhos por Richard Epstein, que tomou como referência os estudos de Harris e Greenberg. Epstein criticou

¹⁰ Refiro-me aqui à terminologia de Coseriu (1955-56).

¹¹ Isso também foi observado por Lyons (2000: 232). Ele afirma que há uma zona de interferência entre demonstrativos e artigos, preenchida nas línguas que não possuem artigos, de uma forma bem nítida, pelos demonstrativos. Em francês, deve-se apontar nessa região um acúmulo do *ce*, o que não alterou, de maneira alguma, seu *status* no sistema. A esse respeito, Lyons presume que mesmo se *ce* se transformasse em um artigo, não implicaria que *le* deixaria de ser um artigo, mas sim que isso poderia levar à existência paralela de dois artigos. Cf. também Himmelmann (1997: 94): “Um demonstrativo, mesmo quando utilizado freqüentemente em contextos anafóricos ou anamnéticos, continua a ser (...) um demonstrativo.”

nesses, contudo, a conclusão de que o artigo em francês moderno se tenha transformado em uma simples marca de gênero e número.¹² O principal argumento é o de que substantivos com artigo podem entrar em oposição com substantivos sem artigo e, assim, os artigos não podem ser, de forma alguma, puras marcas nominais com função determinadora de gênero e número:

A idéia de zero estar restrito a uma estrutura residual não é exata. Ele entra em alternância significativa com os outros artigos em uma grande variedade de contextos. (Epstein, 1995: 163)

Para Epstein, é necessário que se estabeleça, em primeiro lugar, uma explicação discursivo-pragmática de determinados usos (ou não-usos) do artigo. A crítica de Epstein é pertinente; deve-se acrescentar, ainda, que os exemplos possíveis de substantivos sem artigo no francês apresentam, quase sempre, alguma condição especial. Em (1a) esta “condição especial” é a função atributiva; em (1b) a utilização de sintagmas preposicionais e em (1c) o fato de ser um nome próprio — os casos classificados por Greenberg como típicos “resquícios” das línguas dos níveis I e II. Devem ser acrescentados a esses, também, as freqüentes *locutions verbales* em francês, casos de integração nominal no sintagma verbal, como em (1d), nos quais não se trata, de fato, de substantivos sem artigos, mas sim de substantivos em estruturas fixas com o verbo.¹³

(1)

(a) Il est avocat.

¹² “Apesar de essa teoria ser teoricamente plausível, ela permanece inconsistente em quaisquer dados empíricos, uma vez que simplifica uma situação bem mais complexa.” (Epstein, 1994: 76).

¹³ O que pode ser constatado, entre outras coisas, pelo fato de não ser possível separar essas estruturas quando há topicalização: **C'est une faim terrible que j'ai*. Alguns desses verbos podem ser substituídos por outras formas não-complexas, como *avoir peur* → *craindre*.

(b) avec courage / avec un courage fou / avec le courage que l'on sait / avec du courage, on arrive à tout (Pottier, 1962: 158)

(c) Pierre parle trop.

(d) avoir soif, avoir faim, avoir peur, perdre patience, rendre justice etc.

(e) Sonia Iglésias, chercheuse au Musée des cultures populaires... (Libération, 2. November, 1991.)

(f) Mais dès le Championnat terminé, je remettrai casque et épaulières (L'Équipe, 22.10.1991) [apud Epstein, 1995.]

(g1) Livres, cahiers et stylos tombèrent. (Curat, 1999: 179)

(g2) Des livres, des cahiers et des stylos tombèrent.

(g3) Les livres, les cahiers et les stylos tombèrent.

Podemos caracterizar esses exemplos, assim, num sentido amplo, como “exceções”. Os casos (1f) e (1g) podem ser, também, explicados dessa forma: em construções coordenadas, os elementos coordenados são considerados uma unidade cujos elementos determinam de certo modo uns aos outros.¹⁴ Em diversos dos casos, há ainda uma oposição, mesmo estando esta restrita a uma “região periférica”.¹⁵

Existe ainda em francês mais um caso especial de substantivos sem artigo: os fraseologismos, com em (2a) e (2b).

(2)

(a) Pierre qui roule n'amasse point mousse.

¹⁴ Cf. Raible (1972: 68 *et seq.*), com exemplos.

¹⁵ Curat (1999: 177 *et seq.*) apresenta uma lista com 42 dessas “exceções”.

(b) Bière qui mousse n'a plus de goût.

(c) La/une pierre qui roule n'amasse pas de mousse.

(d) ?Vache qui rit ne mange pas de foin.

Os itens acima são, todavia, exemplos de estruturas residuais de formas mais antigas da língua, ou seja, de arcaísmos, os quais podem ser integrados, de certa forma, num texto em francês moderno como “extra-estruturalismos” (Flydal, 1951), como citações de uma “outra língua”.¹⁶ Essas estruturas infringem a regra já difundida desde Vaugelas segundo a qual uma oração relativa não deve ser colocada depois de um substantivo sem artigo.¹⁷ Tais fraseologismos são mantidos como símbolos complexos e interpretados como uma unidade. Partindo-se do atual sistema da língua, eles deveriam ser provavelmente formados mais como em (2c). Uma nova forma como em (2d) seria ainda imaginável, mas neste caso temos um aparente fraseologismo, uma imitação de determinadas expressões cristalizadas comuns em francês. Em relação aos fraseologismos pode existir na língua um subsistema que obedece a regras próprias. Devido ao caráter arcaico desses tipos de frases, no entanto, essas regras (ou pseudo-regras imitativas, às vezes até mesmo hipercorretas) são frequentemente retiradas de um estágio mais antigo da língua.

Uma vez constatado que o francês moderno, contrariamente ao francês arcaico, permite somente alguns casos nos quais o substantivo pode aparecer sem o artigo, mas que apresenta ainda casos isolados de oposição, cumprindo assim as condições estabelecidas por Greenberg em (3), podemos classificá-lo como uma língua avançada do nível II.

(3) Deve haver pelo menos uma construção na qual os substantivos comuns apareçam em sua forma não-

¹⁶ Na gramática de Port Royal já são encontradas alusões sobre esses “restos do velho estilo”. Cf. também Raible (1972: 69).

¹⁷ Cf. também Raible (1972: 66).

articulada, de maneira que todos os substantivos comuns possuam duas formas contrastivas, uma com e outra sem artigo. (Greenberg, 1978: 63)

4. Para o idioma espanhol, Amado Alonso defendeu, em um artigo clássico — que ainda hoje possui uma certa atualidade —, a idéia de orações como as do item (4) não serem de forma alguma arcaísmos, mas sim modelos produtivos e vivos da língua moderna: 18

(4)

(a) Piedra que rueda no cría moho.

(b) Perro que ladra no muerde.

(c) Casa con dos puertas mala es de guardar.

Alonso tenta explicar a ausência ou presença do artigo na língua espanhola de maneira homogênea.¹⁹ Nessa tentativa ele

¹⁸ Alonso aponta a existência de “orações muito abundantes já desde a Idade Média, que não são arcaísmos ou supervivência literária, mas estão ainda em plena vitalidade” (Alonso, 1961: 144, grifos meus).

¹⁹ “Sempre que a língua admite, portanto, a alternância da presença ou ausência do artigo, ele destaca a referência lógica ao objeto real e também a outros valores de caráter intelectual, como os formais. A ausência do artigo, por sua vez, vem acompanhada de uma conotação emotiva ou da vontade de ressaltar seus interesses em relação à organização racional da expressão” (Alonso, 1961: 143). De maneira semelhante, Vossler (1929: 79 *et seq.*) comenta sobre o latim que a ausência do artigo seria proveniente de uma maior imediatividade de percepção: “Os latinos não (= o artigo) possuíam, mas também não precisavam dele. Eles tinham as coisas, sobre as quais falavam, vivas e presentes em sua imaginação.” Também Sekiguchi, que dedicou em sua monumental trilogia sobre o artigo alemão um volume inteiro ao artigo nulo, argumenta de forma parecida (cf. Sato, 1986).

mistura, porém, dois casos distintos. Enquanto casos como os dos exemplos em (4) podem ser vistos, em analogia com o francês, como resquícios de um estágio mais antigo da língua, há uma série de construções nas quais o espanhol moderno, diferentemente do francês, permite ou mesmo exige a ausência do artigo. Deve-se acrescentar ainda que os casos do item (4) contrariam a condição válida no espanhol moderno denominada por Margarita Suñer “Naked-noun-constraint”:

(5) Um substantivo comum não modificado em posição pré-verbal não pode ser o sujeito superficial de uma oração com entonação e acento normais. (Suñer, 1982: 209)

É importante considerar aqui a condição de “entonação e acento normais”. Com um acento marcado, os exemplos em (6) são todos, de fato, possíveis no espanhol moderno, sendo que essa restrição abrange também, de maneira considerável, objetos em posição pré-verbal. Trata-se de construções focalizadas, nas quais o objeto está deslocado para esquerda (6a-c) ou o sujeito salientado (6d-e).

(6)

(a) Moça tan hermosa / non vi en la frontera / como una vaquera / de la Finojosa. (Marqués de Santillana)

(b) Casa tan barata no la encuentras ya fácilmente. (apud Alonso, 1961, p. 144.)

(c) Gente hay que no sabe lo que dice.

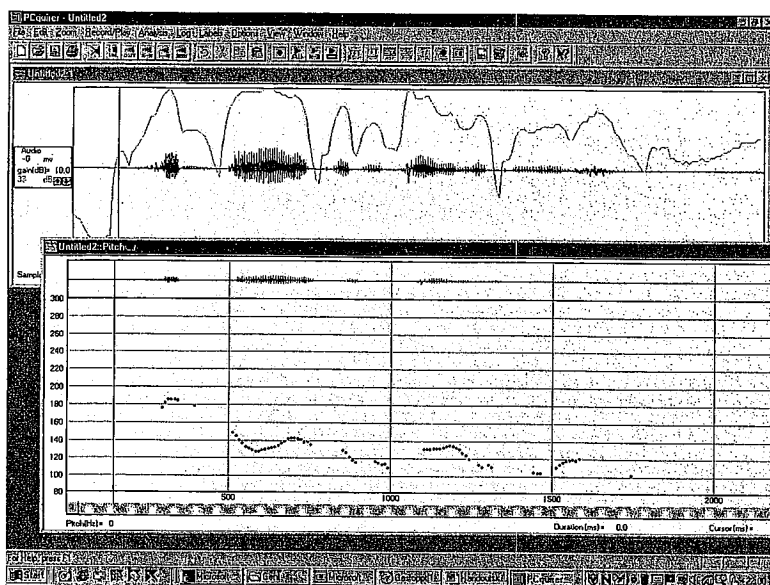
(d) Fotógrafos y cámaras de la televisión llegaban con la obsesión puesta en los ojos y en los codos. (M. Vázquez Montalban, apud Laca, 1999, p. 908.)

(e) Tipos como ese no suelen tener paciencia. (Eduardo Mendoza. La verdad sobre el caso Savolta, p. 124, *ibid.*).

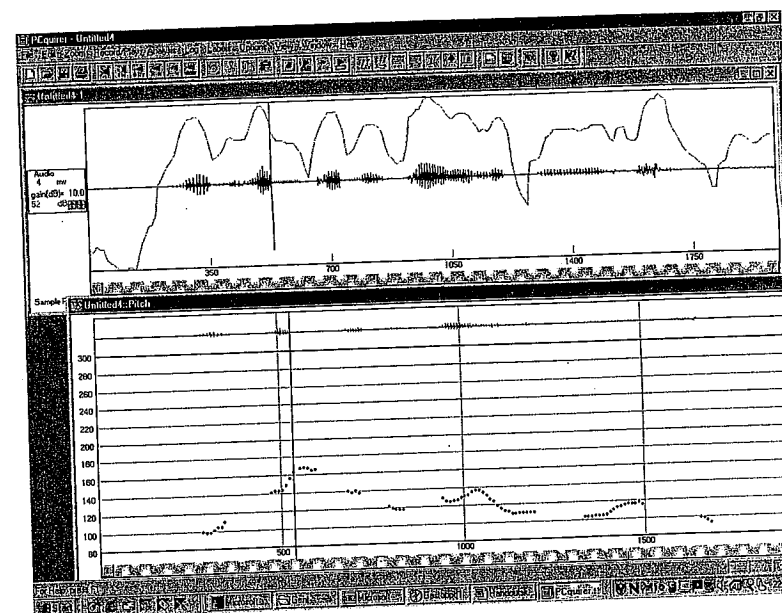
Segundo Laca (1999: 908), sujeitos pré-verbais precisam satisfazer, ainda, duas outras condições: eles devem estar no plural e serem compostos ou por vários substantivos coordenados ou por substantivos acompanhados por elementos dêiticos como *así / como este / de este tipo / de esos / tales* etc.

Que são necessárias aqui condições especiais de entonação pode ser constatado quando comparamos a pronúncia de (6c), por um falante nativo em (7a), com a pronúncia de *La gente no sabe lo que dice* em (7b), em que o artigo é empregado. Podemos observar, nas análises acústicas a seguir, que a frequência fundamental do primeiro segmento no exemplo (7b) é bem menor do que a da oração sem o artigo, confirmando-se, assim, a idéia de Suñer.

(7) (a) Intensidade (gráfico superior) e frequência fundamental (gráfico inferior) de *Gente hay que no sabe lo que dice*.



(b) Intensidade (gráfico superior) e frequência fundamental (gráfico inferior) de *La gente no sabe lo que dice*.



Apesar de os exemplos analisados anteriormente serem bastante comuns em espanhol, os casos mais frequentes de substantivos sem artigos nesse idioma são aqueles que exprimem genericidade parcial.²⁰ O conceito de genericidade parcial remonta a Paul Christophersen (1939), que em um trabalho sobre o inglês diferencia usos de genericidade total e usos de genericidade parcial:²¹

²⁰ Sigo nesse trecho, essencialmente, o trabalho de Laca (1999), um excelente estudo, informativo e esclarecedor, sobre os possíveis usos de substantivos sem artigo no espanhol.

²¹ Essa diferenciação corresponde, de forma considerável, a de Krifka *et al.* (1995: 2 *et seq.*).

(8) A espécie inteira em todos os lugares e em todos os tempos (toto-generic sense): chumbo é mais pesado do que ferro (...) [vs.] Uma quantidade indefinida da espécie (parti-generic sense): iremos tomar chá em breve (...) (Christophersen, 1939: 33)

Ao contrário do inglês (e, como veremos mais adiante, do PB), a genericidade total em espanhol — como na maioria das línguas românicas — é exprimida pelo uso do artigo definido (9a), enquanto na genericidade parcial o artigo está ausente:

(9)

(a) A Juan le gusta el vino.

(b) ¿Quieres vino?

Dessa forma, temos como resultado uma relação entre característica de contável, número e emprego do artigo. Uma vez que para se exprimir uma parte do todo a genericidade parcial somente pode existir em relação a substantivos contáveis no plural, a oposição “artigo” (que expressa a idéia ou de um referente definido ou genérico: *los niños están en el patio / los niños [todos] son inocentes*) vs. “artigo nulo” (que expressa genericidade parcial: *hay niños en el patio*) é válida somente para o plural. Para os substantivos não-contáveis, que por suas próprias características não possuem plural,²² a oposição ocorre somente no singular (definido: *la leche está en la mesa / genérico: la leche es sana / genericidade parcial: hay leche en la mesa*). O esquema a seguir resume essa relação para o uso do artigo:

Plural + subst. não-contáveis no singular:

Oposição subst. sem art. vs. art. + subst.

²² As formas do plural de substantivos não-contáveis são plurais nos quais esses substantivos são considerados contáveis: “quatro leites” são “quatro copos de leite” etc.

Sg. contável: sempre Art. + Subst.

Comparando-se o espanhol e o francês, pode-se observar em (10) que, justamente para se expressar genericidade parcial, o emprego do artigo representa a diferença mais marcante entre as duas línguas. Em francês, exprime-se genericidade parcial através de um artigo partitivo, o qual se tornou obrigatório com a eliminação das desinências verbais e nominais na época posterior ao francês medieval.

(10)

(a) fr. On a acheté du pain / des livres.

(b) esp. Hemos comprado pan / libros.

(c) fr. On a acheté un livre.

(d) esp. Hemos comprado un libro.

Tomando como base essa comparação, ainda que ela seja reduzida, podemos afirmar que há bem menos restrições para substantivos sem artigo em espanhol do que em francês e, no que concerne à genericidade parcial, acrescenta-se às funções já apresentadas do “artigo nulo” em francês mais uma importante função no espanhol. Diacronicamente, o espanhol aparece aqui — como em vários outros âmbitos — em um nível mais arcaico que o francês. E, de um ponto de vista tipológico, o artigo em espanhol está, dessa forma, menos gramaticalizado do que em francês e situa-se na escala de Greenberg “mais à esquerda”.

5. Para o catalão, o resultado é semelhante ao do espanhol, e também para o português europeu quase não há diferenças.²³

²³ Um caso que não será analisado aqui é o emprego do artigo, nas duas línguas, antes de nomes próprios. Uma vez que nomes próprios já são determinados, o artigo é, neste caso, redundante e pode assumir funções secundárias, como funções estilísticas. Na norma do catalão e do português de Portugal, o uso antes de nomes de pessoas (em catalão, em

Como em espanhol e em francês, podem ser encontrados também em português fraseologismos com substantivos “nus” no início da frase:

(11)

(a) Cão que muito ladra nunca é bom para a caça.

(b) Pobreza não é vileza.

(c) Em boca fechada não entra mosca.

Há em relação ao terceiro exemplo, no entanto, além do conhecido uso do fraseologismo, mais uma possibilidade do sistema português, produtiva ainda hoje: um substantivo contável pode ser considerado não-contável e ser utilizado, dessa forma, também no singular, sem artigo. Esse fenômeno foi analisado minuciosamente por Reinhard Meisterfeld (1998) com a denominação *singular aspectual*. Contrariamente ao item (12a), no qual o objeto aparece no plural, uso comum em espanhol, exemplos como os em (12b) e (12c) são bastante freqüentes em português:

(12)

(a) esp. La col no tiene bichos.

(b) port. A couve não tem bicho.

parte, com formas próprias) é, na maioria dos casos, obrigatório. Em relação a algumas variedades do catalão e do sardo, deve-se questionar ainda se os artigos que remontam ao IPSE do latim atuam da mesma forma que os sucessores de ILLE. Blasco Ferrer (1986: 93) aponta, no que concerne ao sardo, a existência de particularidades do uso que são dependentes de aspectos etmológicos.

(c) port. Para que aparecesse batata no mercado liberalizou-se o preço.

Essa é uma possibilidade do sistema que existe também em espanhol, e em outras variedades das línguas românicas, mas a freqüência desse fenômeno na norma desses idiomas parece ser menor do que em português. Deve-se ressaltar, todavia, que um estudo completo que abrangesse fatores regionais e outros fatores condicionados pelas diversas variedades ainda está por ser realizado.²⁴ Parece tratar-se de um arcaísmo, de uma possibilidade do sistema já existente em latim, a qual pode ser ilustrada através de uma oração extraída de *Cato Maior*, de Cícero, exemplo freqüentemente citado na literatura sobre este tema:

(13) “villaque tota locuples est: abundat porco, haedo, agno, gallina, lacte, caseo, melle” (Cícero, *Cato maior* 16, 56).

Nesse exemplo, o porco, o cordeiro e a galinha são tratados exatamente da mesma forma que leite, queijo e mel: como elementos não-contáveis, devendo-se constatar simplesmente sua existência em abundância.

Abrangendo mais situações do que as já constatadas para o francês e o espanhol, o português europeu permite, com o uso freqüente do “artigo nulo” para expressar o *singular aspectual*, casos adicionais de substantivos sem artigos, o que possibilita posicioná-lo ainda mais à esquerda na escala de Greenberg.

6. É antiga a visão na romanística de as línguas românicas modernas representarem, de certo modo, uma evolução diacrônica linear, sendo o francês, na maioria dos casos, a língua mais

²⁴ Esse fenômeno já foi descrito por Lang (1884). Em espanhol, o emprego do “artigo nulo” parece estar restrito, em sua maior parte, à associação com um elemento quantificador: “este año no hay mucho turista”; “quanta nota dormía en sus cuerdas” (Becquer) etc.

desenvolvida.²⁵ Se a viagem ao passado da gramaticalização do artigo na România, a qual nos conduziu através do espanhol para o português, for ainda mais recuada, faz-se oportuno, a partir de Portugal, avistar o outro lado do Atlântico.²⁶ Como nas línguas e variedades analisadas até agora, também são encontrados no português brasileiro (PB) fraseologismos com substantivos “nus”:

(14)

(a) Santo de casa não faz milagres. (Provérbio)

(b) *Sertanejo não sabe chorar.* (Almeida, José Américo. *A bagaceira*. 9. ed. Rio, 1967, citado em Woll, 1982: 68)

(c) *Memino incomoda.* (Saraiva, 1997: 43)

Ao contrário dos casos até então analisados, o uso genérico no PB não se restringe a fraseologismos conhecidos, caracterizando-se por sua produtividade.²⁷ Em analogia aos provérbios mais conhecidos, são criadas novas orações genéricas

²⁵ A caracterização feita por Gerhard Rohlfs (1959) sobre o francês arcaico e o latim vulgar é baseada neste princípio, o qual remonta até mesmo a Raynouard.

²⁶ Que essa linearidade está somente em parte correta e só se relaciona a casos isolados pode ser comprovado, por exemplo, quando se constata que a comparação do galego (“mais arcaico”) com o português não espelha aqui, neste caso, qualquer estágio “anterior” da língua; este deve ser procurado no Brasil, onde “arcaísmo” aparece junto de inúmeras inovações. Além do português brasileiro, teriam de ser analisadas outras variedades arcaicas das línguas românicas, como algumas do reto-românico, no qual substantivos que designam um referente único, como “sol”, podem ser utilizados sem artigo (Rohlfs, 1975: 46).

²⁷ Noll (1999: 203) comenta sobre esse fenômeno: “A omissão do artigo antes de substantivos, que são utilizados de maneira genérica, está evidentemente orientada, na linguagem coloquial brasileira, no uso lingüístico típico dos provérbios (cf. *camarão que dorme onda leva*).”

no presente gnômico,²⁸ as quais apresentam, principalmente na área publicitária (15a e b), uma grande difusão, mas podem também ser encontradas na língua falada, como em (15c), em combinação com o *singular aspectual*.

(15)

(a) Bicicleta não polui. / Crianças começam a fumar ao verem os adultos fumando. (Painéis no Rio de Janeiro)

(b) *Liberdade não vem de graça. Mas pode vir em 10 vezes sem juros.* (Publicidade na Internet da Mercedes Benz do Brasil, primavera de 2001)

(c) Eu acho que filho dá trabalho desde a hora que nasce. (BDI, 152)

Outro contexto no qual podem ser encontrados no português do Brasil substantivos sem artigo é no estilo “estenográfico” dos títulos, uma característica também de outros idiomas, principalmente nos títulos dos artigos de jornais. Esse é um daqueles casos nos quais as regras para um determinado tipo de texto infringem as regras da gramática da própria língua. Como em estilo telegráfico, é eliminado das manchetes de jornais, por questões espaciais, tudo o que é supérfluo. A cultura jornalística nos países de língua românica diverge nesse aspecto; no Brasil, a eliminação do artigo é bastante comum, sendo praticada de maneira generalizada, como nos exemplos em (16).²⁹

²⁸ O presente é, nessas “orações eternas”, um tipo de “tempo neutro” ou um “não-tempo”; cf. Raible (1972: 83 *et seq.*).

²⁹ A omissão de artigos nos títulos foi introduzida oficialmente na imprensa brasileira nos anos 50, a partir da reforma editorial realizada pelo *Diário Carioca*. Veja-se, em relação a esse tema, o artigo de Souza (1992), o qual me foi gentilmente enviado por Marlos Pessoa.

(16)

(a) Violência aumenta no Rio (Jornal do Brasil, 12.9.2000)

(b) Número de assaltos nas ruas do Rio cresce 66% (O Globo, 12.9.2000)

(c) Bolsa cai e dólar dispara com alta do petróleo (O Estado de S.Paulo, 19.9.2000)

Isso não seria particularmente interessante de ser mencionado se este fenômeno não apresentasse no Brasil mais uma especificidade: há exemplos de omissão do artigo na linguagem jornalística — tanto de artigos definidos como de indefinidos — também *dentro* dos próprios artigos dos jornais, como em (17).

(17)

(a) Artigo defendendo essa tese foi recentemente publicado no “Financial Time” por um dos mais influentes senadores dos Estados Unidos, Ernest Hollings. (Folha de S. Paulo, 17.9.2000)

(b) Raridade mesmo são quatro outras faixas. (Jornal do Brasil, 12.9.2000)

(c) Site oficial, a candidatura já tem. (Folha de S.Paulo, 17.12.2000)

Parece tratar-se de um fenômeno relativamente recente, não muito difundido, mas que se correlaciona a determinados lugares, tipos de textos e funções dentro dos textos. Numa primeira avaliação, poderíamos citar São Paulo como um dos possíveis lugares de irradiação. Este fenômeno, bastante comum na seção de economia dos jornais, ocorre tendencialmente no início do parágrafo, no qual assume talvez uma função

marcadora.³⁰ Os jornalistas parecem utilizar substantivos sem artigos como um recurso estilístico, o qual possibilita que o caráter de imediação do substantivo seja deslocado para o primeiro plano. São Paulo seria, a propósito, um lugar predestinado para a ação difusora dessa inovação. Há até poucas décadas, o centro gravitacional lingüístico da norma padrão brasileira era o Rio de Janeiro, no entanto, desde a transferência da capital para Brasília — que nunca conseguiu desenvolver uma verdadeira força difusora —, pode-se observar que São Paulo, sede dos maiores estabelecimentos da imprensa e maior centro econômico do país, se tem tornado cada vez mais o centro lingüístico.³¹

Esporadicamente, há a omissão de artigos³² também em outros tipos de textos, como em (18), e até mesmo na fala de jornalistas e políticos (19).

³⁰ Um fenômeno semelhante ocorre nas línguas românicas da Idade Média: definições, muito freqüentes principalmente em textos jurídicos, iniciam-se normalmente com os substantivos a serem definidos sem artigo (como em occitano antigo: “*Rreu es aquèl a -quien demanda*”). Essa regra especial para a metalinguagem é utilizada muitas vezes nos manuscritos de direito romano para salientar visualmente os trechos correspondentes, possibilitando, assim, que estes sejam encontrados mais facilmente (cf. Kabatek, 2000: 156).

³¹ Parece, na verdade, ocorrer uma espécie de coineização, na qual a antiga *norma carioca* do Rio de Janeiro se une com a norma paulista em uma nova coine, como aponta Nelly Carvalho, lingüista da Universidade de Pernambuco, em um artigo de jornal (<http://www.virtus.ufpe.br/clipping/nelly6.htm>): “Agora, não é só o linguajar carioca: é um misto quente de carioca e paulista, o modelo de prestígio na sociedade.”

³² Um fenômeno que deve ser distinguido da omissão de artigos é o relacionado a verbos complexos, cada vez mais freqüentes no português do Brasil. Trata-se, nestes casos, de integração do objeto no sintagma verbal (Saraiva, 1997). Deve-se questionar, entretanto, se os casos citados por Saraiva, como *buscar menino*, são exemplos de “objeto integrado”, uma vez que a integração do objeto está geralmente restrita a ações prototípicas, limitando-se também a poucos verbos semanticamente concretos (*ter fome, comprar carro, ter vontade, dar medo* etc.). Dieter Woll

(18) “Poema Imagem, terra, memória” fez parte do livro *No tempo do mato dentro*. (Introdução a Carlos Drummond de Andrade. *Farewell*. Rio de Janeiro/São Paulo: Record, 1996.)

(19) *Está sendo discutido na câmara dos deputados projeto de lei de minha autoria* ([...] Propaganda eleitoral da deputada Alcione Athayde, na primavera de 2000, na TV Cultura.)³³

Os falantes brasileiros parecem estar pouco conscientes deste fenômeno; entre jornalistas que produzem esse tipo de texto e até mesmo entre os lingüistas, ele também tem merecido pouca atenção. Nas gramáticas mais recentes, não há menção alguma sobre esse recurso. Na nova edição da gramática de Bechara (2001), por exemplo, somente se repete o que apresenta longa tradição sobre o artigo, ou seja, o emprego especial antes de nomes próprios, nomes de lugares e em relação ao pronome possessivo.³⁴ Este fenômeno tampouco é tematizado nas orientações para a redação dos manuais de estilo dos jornais brasileiros. No manual do jornal *O Estado de São Paulo*³⁵, por exemplo, é citado no verbete “omissão do artigo definido”, em primeiro lugar, o uso particular nos títulos:

(20) Jornalisticamente, admite-se a omissão do artigo definido, apenas nos títulos, como medida de economia de sinais: Agora, governo usa inflação que quiser./ Brasil repele acusações de imperialismo.

São mencionados, ainda, os seguintes casos especiais:

chama-me a atenção para o exemplo *mandar canoa* em *Menino de engenho*, de José Lins do Rego (8ª edição, Rio de Janeiro), que parece ser um caso semelhante.

³³ Trata-se aqui, porém, de um caso de “parlato scritto”, pois a deputada se utilizou seguramente de um texto escrito anteriormente.

³⁴ Para uma lista mais completa com exemplos de emprego ou omissão do artigo, veja-se Neves (2000: 391-448).

³⁵ <http://www.estado.estadao.com.br/redac/manual.html>

a) em provérbios: *Tempo é dinheiro*.

b) em definições: *Política é a arte do possível*.

c) nos vocativos: *Ande logo, irmão*.³⁶

d) em expressões fixas como *declarar guerra, dar esmola* etc.

e) antes de determinadas palavras: *O senador foi chamado a palácio*.

f) depois de cujo: *era o homem cujo pai...*

g) antes de superlativo: *Eram os profissionais mais competentes*.

h) antes de palavras que designam matéria de estudo: *Estudava português*.

i) na associação de determinados verbos e substantivos: *Pedimos permissão; Não tive tempo para sair*.³⁷

Além disso, são descritos, prioritariamente, aqueles usos redundantes, apontados também nas gramáticas. Em relação a esses casos, tem havido, desde o século XIX, uma discussão que relaciona o emprego do artigo com a especificidade do português brasileiro. Apesar de, desde o descobrimento, o PB ter-se afastado bastante em determinados aspectos da língua do país natal —

³⁶ A omissão de elementos determinadores no vocativo não causa surpresa, uma vez que o interlocutor necessita já estar identificado e determinado no espaço discursivo. Assim, elementos determinadores são, aqui, redundantes. Isso abrange também os pronomes possessivos, o que já havia sido observado por Meyer-Lübke (1899, III, p. 199). Em relação ao português em geral, cf. Meier (1948).

³⁷ As categorias não são bem diferenciadas e a classificação dos exemplos não é clara (temos, por exemplo, nos itens *d*, *b* e *i*, casos de integração nominal).

devido ao contato com as línguas autóctones, africanas, posteriormente com as línguas dos imigrantes e, não menos importante, em consequência do próprio desenvolvimento no Brasil, por um lado, e em Portugal, por outro —, tal especificidade quase não havia sido manifestada na língua escrita até o século XIX.³⁸ Mesmo depois da independência do Brasil em 1822, houve, em determinados momentos, principalmente na região urbana, uma aproximação entre o português europeu e o brasileiro, como entre 1808 e 1821, quando a Corte portuguesa, fugindo das tropas napoleônicas, se instalou no Brasil. Desde o Romantismo, podem-se destacar duas tendências principais: 1ª) a afirmação da especificidade do português brasileiro, que se manifesta no século XIX na discussão em torno da “brasilidade”³⁹; 2ª) o destaque da unidade lusófona, tendência dominante até hoje no discurso da Academia e que se baseia na idéia de uma tradição comum e, entre outros fatores, na reação existente desde os finais do século XIX contra a “brasilidade”.

Essa polêmica concentra-se, em parte, em determinados elementos lingüísticos, utilizados como diferenciadores na tentativa de afirmação de uma identidade lingüística brasileira. Assim, escritores como José de Alencar e outros criticaram o “exagero” no emprego do artigo pelos autores portugueses, considerando um traço estilístico próprio do português brasileiro a não-utilização do artigo como determinante antes de nomes

³⁸ Somente há pouco tempo, em um projeto de pesquisa amplo e em diversos trabalhos individuais, a história do português brasileiro, conhecida ainda hoje de maneira superficial, começou a ser cada vez mais estudada. Nessas pesquisas, a análise de determinados tipos de textos (como a de textos jornalísticos ou cartas particulares) mostra que a suposta unidade lusófona é menos marcante do que se acreditava. Cf. a dissertação de Marlos Pessoa sobre a formação da variedade urbana do Recife no século XIX, assim como as diversas contribuições ao tema em Mattos e Silva (2001) e Duarte e Callou (2002), no contexto do projeto PHPB (*Para a história do português brasileiro*). Veja-se também, em relação a esse projeto, <http://www.lettras.ufrj.br/phpb-rj>.

³⁹ Cf., em relação ao tema, os textos reunidos por Edith Pimentel Pinto (1978).

próprios, os quais por definição já são determinados, ou antes de substantivos antecidos de pronomes possessivos, que também possuem função determinadora. Como José de Alencar na segunda edição de seu romance *Iracema* aponta (*apud* Woll, 1982, 79f)⁴⁰:

(21) Nesta, como em todas as minhas obras recentes se deve notar certa parcimônia no emprego do artigo definido, que eu só uso quando rigorosamente exigido pela clareza ou elegância do discurso. Isto que nada mais é do que uma reação contra o abuso dos escritores portugueses, que empregam aquela partícula sem tom nem som, me tem valido censuras de incorreto. (José de Alencar, *Iracema*, 1870)

Alencar refere-se aqui, entretanto, aos casos de redundância já conhecidos e suficientemente descritos, nos quais também em outras línguas românicas a norma tende, algumas vezes mais, outras vezes menos, à utilização dos artigos. Estes, devido à sua redundância, como antes de nomes próprios, assumem funções secundárias, como a de marcar determinadas variedades diatópicas, diafásicas ou diastráticas e transformam-se não raramente em tema de discussões metalingüísticas. Casos de omissão do artigo como aqueles apresentados nos itens (16) a (19) não são mencionados nessas discussões e a análise de textos literários e jornalísticos do século XIX também não acusou ocorrências semelhantes. Mantém-se, dessa forma, a idéia de tratar-se de um fenômeno recente. Em relação aos exemplos de (16) a (19), vários falantes nativos do português brasileiro mostraram desconfiança ou recusa, considerando-os erros claros. Em função do grau de propagação da omissão do artigo, essa apreciação por parte dos falantes parece, no entanto, ser um caso comum de discrepância entre realidade lingüística e avaliação metalingüística, mas confirma também a marginalidade do fenômeno.

⁴⁰ Cf. também Anderson (1995: 4).

Seria possível supor que se trata de uma particularidade do estilo jornalístico ou de determinadas tradições da língua escrita, criadas neste tipo de textos e que permaneceria restrita a estes. Tal particularidade poderia ser também considerada, no sentido de “change from above” (cf. Labov, 1994: 78), um ponto de partida para uma maior difusão deste fenômeno, como ocorre, por exemplo, quando técnicas originalmente expressivas ou estilisticamente marcadas perdem, através de sua difusão, o *status* inicial especial, transformando-se em “casos normais”.

Há também omissão do artigo não somente na linguagem jornalística e em textos escritos, mas também em textos do registro oral distantes da norma culta, como nos casos disponíveis, em quantidades cada vez maiores, nos *corpora* surgidos nos últimos anos. Assim, podem ser encontrados em alguns desses *corpora*, como nestes do Rio de Janeiro, os seguintes exemplos:

(22)

(a) Bicicleta ia se arrebentar. (BDI, 144)

(b) A gente queria agora gravação de pessoas conversando. (BDI, 179)

(c) Diminuiu turista aqui. (APF, 211)

O caso mais surpreendente é o do item (22a), uma vez que o falante exprimiu a frase olhando para a bicicleta, ou seja, num contexto “situacional claro”⁴¹, no qual nas línguas românicas, sem exceção, o artigo deveria ser utilizado. Enquanto o uso genérico, como em (15c), pode ser observado com certa frequência na língua falada, exemplos como os do item (22a) parecem ser extremamente raros. Deve-se questionar, então, se esta é uma tendência “de baixo”, comparável ou análoga à da língua escrita, ou se estamos lidando, devido à raridade de ocorrências, com

⁴¹ Essa expressão é encontrada em Vater (1986: 87) como tradução de um termo de John A. Hawkins.

algum tipo de exceção.⁴² Se se trata, de fato, de uma tendência também da língua falada *não-standard* — devendo ser, portanto, verificada —, então seria possível supor que esta se encontra com a dos textos escritos, possibilitando assim uma difusão da omissão do artigo, como mostrado no esquema abaixo:



As possibilidades “adicionais” de ausência do artigo no PB, em contraposição às outras línguas românicas, constituem, de certa forma, uma ampla base para a propagação do artigo nulo. O encontro de uma evolução da língua escrita e da língua falada poderia contribuir, como ilustrado acima, para a propagação do fenômeno em questão, com todas as ressalvas em relação a predições sobre mudanças lingüísticas.⁴³

Seria insuficiente, no entanto, relacionar todas as tendências do português brasileiro de uma só vez, sem distinguir suas diversas funções. De fato, devemos diferenciar três tipos de não-utilização do artigo. No primeiro tipo, o artigo nulo aparece em oposição tanto com o artigo definido como com o indefinido

⁴² Essa “exceção” deve ser, naturalmente, esclarecida. Aqui seria possível interpretar o exemplo como linguagem infantil, considerar a bicicleta como nome próprio ou, até mesmo, ter ocorrido um simples erro de transcrição. Mas os erros de transcrição também indicam, muitas vezes, possibilidades lingüísticas: normalmente, as transcrições tendem a uma certa “normalização” e os transcritores sentem-se inclinados a “ouvir” elementos que geralmente são esperados numa determinada posição. A omissão de um artigo, considerada “agramatical” pelo padrão normativo, indica mais provavelmente a ocorrência de um fenômeno perceptível.

⁴³ Por tratar-se de casos “periféricos” não significa de forma alguma que se possa chegar a uma difusão maior.

(23a). No segundo, a utilização do artigo é neutralizada. Assim, em orações genéricas como em (23b), é possível o emprego do artigo definido no singular e no plural, do artigo indefinido ou a omissão do artigo. A particularidade da ocorrência do artigo nulo está no fato de que neste caso, contrariamente às demais possibilidades, só é permitida uma interpretação genérica da oração, enquanto os outros casos, em contextos correspondentes, podem ser interpretados de outra forma. Em relação ao item (23c) trata-se, realmente, de omissão do artigo. Nesses exemplos, em relação aos quais seria de se esperar a presença do artigo, ele pode ser, em determinadas circunstâncias, omitido. Esses casos podem abranger tanto o artigo definido como o indefinido. Uma das condições parece ser que, mesmo após a omissão, os exemplos permaneçam compreensíveis, ou seja, o artigo não apresenta aqui nenhuma informação extra, que já não fosse dada pelo contexto. Nas outras línguas românicas, apesar da informação fornecida pelo artigo, a gramática prescreve obrigatoriamente o emprego do artigo.

(23)

a) **Oposição:** Vc. tem batata? / Vc. tem uma batata? / Vc. tem a batata?

b) **Neutralização:** O / os / um / ø sertanejo(s) não sabe chorar.

c) **Omissão:** (A) bicicleta ia se arrebentar. / (Um) artigo defendendo essa tese foi recentemente publicado. / (A) dor é incomunicável.

Resumindo, pode-se dizer que no português brasileiro a possibilidade de se utilizar substantivos sem artigo é mais abrangente do que nas outras línguas românicas. Nos casos de oposição entre o artigo e o artigo nulo (23a), este último serve para expressar genericidade parcial e é possível também no singular (*singular aspectual*) nos dois lados do Atlântico (como também, com restrições, em outras línguas românicas). No que diz respeito à neutralização das orações genéricas (23b), essa

aparece no Brasil de forma ainda bastante produtiva. Nesse ponto, o PB apresenta um caráter mais arcaico do que as línguas da Península Ibérica, aproximando-se das línguas românicas da época medieval. Em relação à omissão nos exemplos em (23c), apresentamos alguns casos em que os substantivos, até mesmo em contextos claros de determinação, não aparecem antecidos pelo artigo, isto é, casos em que já nas línguas românicas da Idade Média o artigo era utilizado. Essas particularidades não podem, dessa forma, ser mais explicadas como arcaísmos, uma vez que o português antigo também já havia gramaticalizado o uso do artigo. Deve tratar-se, portanto, de uma *inovação*. Uma inovação que *não* conduz, por sua vez, a uma maior obrigatoriedade do uso do artigo, o que seria de se esperar na conservação da hipótese de unidirecionalidade do processo de gramaticalização, mas que parece movimentar-se aqui no sentido contrário.

No quadro geral das línguas românicas, isso é surpreendente, já que, normalmente, as tendências observadas em relação ao português do Brasil são perfeitamente comparáveis aos outros dialetos e línguas românicas e se aproximam com frequência do francês na sua transição da época medieval ao francês moderno. Assim como o francês, o PB apresenta, em variedades *não-standard*, uma tendência marcante de redução da flexão em verbos e substantivos. Ao mesmo tempo, os pronomes que exercem a função de sujeito se tornaram obrigatórios, mesmo nas variedades próximas à norma padrão. Além do mais, tem ocorrido um aumento na frequência da negação dupla (*não quero, não*), pelo menos sintaticamente semelhante ao francês, e da substituição da 1ª pessoa do plural dos pronomes e verbos por uma forma da 3ª pessoa (PB: *a gente trabalha*; fr.: *on travaille*). A eliminação do morfema de plural e a obrigatoriedade dos pronomes pessoais na função de sujeito, assim como a substituição de pronomes enclíticos por proclíticos, conduzem, cada vez mais, à *predeterminação*, o que apresenta, em vários aspectos, paralelos com a história da língua francesa.⁴⁴ Como no

⁴⁴ Sobre predeterminação em francês, cf., entre outros, Baldinger (1968), Geisler (1982), Eckert (1968), Jacob (1990).

caso do francês, supõe-se, com freqüência, que essa massiva reestruturação do sistema, e mesmo do *tipo* lingüístico, esteja relacionada a motivos prosódicos.⁴⁵ Nesse sentido, seria de se esperar — seguindo-se a analogia — a obrigatoriedade do artigo, também devido à sua função como marcador de gênero e número. Com base na análise do presente, porém, não se pode afirmar se o uso se tornará obrigatório, mas a existência de uma tendência inovadora de omissão do artigo, mesmo sendo esta marginal, indica que o paralelo com o francês é confirmado somente em partes e o PB segue um caminho próprio, novo na tipologia das línguas românicas e para o qual só pode ser encontrado paralelo, também de forma parcial, nas línguas crioulas.

7. Observando-se mais uma vez, resumidamente, os casos estudados, os quais abrangem naturalmente somente uma parte do emprego do artigo nas línguas românicas, pode-se constatar que existe, de fato, um tipo de evolução histórica linear em direção a uma obrigatoriedade contínua de utilização do artigo, que apresenta nas línguas diferentes graus de desenvolvimento. E, mesmo se o francês ainda não tenha atingido atualmente o ponto indicado por Martin Harris⁴⁶ com a gramaticalização de um artigo do tipo III, podemos afirmar que este é o idioma que, de longe, mais se aproxima desse ponto. Recuando-se na escala de Greenberg, temos na seqüência, entre as línguas analisadas aqui mais detalhadamente, o espanhol, o português europeu e, por fim, o português brasileiro. Este último, apesar de partilhar da evolução “regular” das línguas românicas, acaba divergindo do

⁴⁵ Em relação ao francês, cf., por exemplo, Richter (1903), Weintich (1958); sobre o francês e o PB, cf. Jacobs (1994); sobre o PB, cf. Sândalo; Truckenbrodt (2002) e, principalmente, a dissertação de Uli Reich (2002).

⁴⁶ Para a avaliação errônea de Harris pode ter sido relevante o fato de ele ser influenciado pelo inglês, no qual o artigo é “muito mais demonstrativo” (ou pode sê-lo) do que nas línguas românicas. Frequentemente, deve-se traduzir “the” como “ce” e não como “le” — e isso se deve não somente ao francês, mas também ao próprio inglês!

esquema, ao possibilitar de maneira inovativa a ausência do artigo em casos não aceitáveis no sistema das outras línguas.

Tipo (segundo Greenberg)	Casos de substantivos s/ artigos	Francês	Espanhol	Português	Português brasileiro
O	contexto situacional claro	--	--	--	(+)
	uso genérico	--	--	--	+
	singular aspectual	-	(+)	+	+
II	construções focalizadas	--	+	+	+
	uso genérico parcial	--	+	+	+
	substantivos coordenados	+	+	+	+
	“últimos bastiões” do tipo II	+	+	+	+
III					

Isso significa que a escala universal de gramaticalização oferece indícios de probabilidades que, por determinadas razões, se repetem nas línguas do mundo, mas não correspondem necessariamente a um caminho predefinido.

Poderia haver, assim, uma tentativa de se procurar no caso do PB — assim como em relação às línguas crioulas — as chamadas explicações “extralingüísticas” e responsabilizar o contato com as outras línguas por esta “evolução particular”. Segundo Ramat e Hopper, deve-se contar, em processos de

gramaticalização, com estes tipos de fatores, que são, por assim dizer, “fatores de estorvo” da evolução normal de uma língua:

Estamos diante do impacto dos substratos lingüísticos, que na história do crioulo representam um fator externo e uma fonte de mudança que pode interferir nas mudanças ‘naturais’ normais (...). (Ramat; Hopper, 1998: 7)

Um dos equívocos fundamentais das pesquisas sobre gramaticalização, entretanto, é justamente supor a existência de uma “evolução linear normal” em contraposição ao “estorvo” proveniente de contatos lingüísticos. Mesmo se o contato entre línguas tipologicamente distantes umas das outras representa, na visão comum que se tem de processos de mudanças lingüísticas, uma exceção, fenômenos relacionados ao contato entre línguas e questões sobre variação possuem, na verdade, *sempre* um papel importante na análise das línguas, uma vez que estas são sempre um conglomerado de variedades que podem influenciar umas às outras. Uma análise lingüística monolítica da evolução de uma única língua recua a um estágio anterior aos conhecimentos já estabelecidos no meado do século XX em direção à época dos neogramáticos.

Muitos dos argumentos para a unidirecionalidade dos processos de gramaticalização apresentam, de fato, paralelos diretos na discussão sobre o caráter absoluto das leis fonéticas. Contudo, já deveria ser de conhecimento geral que a coexistência de diversas variedades — assim como a influência recíproca dessas variedades — não constitui uma exceção, a qual atrapalha as “mudanças naturais normais”, mas pertence simplesmente à realidade lingüística, devendo ser sempre examinada. Isso significa que uma evolução linear de um único sistema não existe, pois um sistema lingüístico não existe nunca de forma isolada.

Se essa “evolução particular” do PB pode ser explicada pelo contato com línguas que possuem tipologias distantes do português ou se ocorreu dentro de variedades tipologicamente

semelhantes fica em aberto, devendo ainda ser estudado mais minuciosamente com base em dados históricos.⁴⁷ Outro ponto a ser questionado é se evoluções deste tipo ocorrem somente nos casos relacionados a processos de gramaticalização, em domínios já gramaticais (ou seja, naqueles em que elementos da gramática se tornam mais gramaticais ainda) ou também na evolução do léxico para a gramática. Os grandes canais de evolução, que podem ser vistos como tendências gerais tipológicas para as diversas línguas do mundo, tornam-se cada vez mais divergentes e menos retilíneos, à medida que as verdadeiras circunstâncias de cada língua histórica são analisadas.

Referências

- ABEL, Fritz. *L'adjectif démonstratif dans la langue de la Bible latine: étude sur la formation des systèmes déictiques et de l'article défini des langues romanes*. Tübingen: Niemeyer, 1971.
- ALARCOS LLORACH, Emilio. El artículo en español. In: *Estudios de gramática funcional del español*. Madrid: Gredos, 1967/1973. p. 166-177.
- ALONSO, Amado. Estilística y gramática del artículo en español. In: _____. *Estudios lingüísticos. Temas españoles*. 2. ed. (1. ed., 1951). Madrid: Gredos, 1961. p. 125-160.
- ANDERSON, Tait. Sobre o desenvolvimento histórico da diferenciação das línguas portuguesa e brasileira. *Iberoromania* 42, p. 1-7, 1995.
- AUER, Peter. Referential Problems in Conversation. *Journal of Pragmatics* 8, p. 627-648, 1984.
- BALDINGER, Kurt. Post- und Prädeterminierung im Französischen. *Festschrift Walther von Wartburg*, tomo 1. Tübingen: Niemeyer, 1968. p. 87-106.
- BECHARA, Evanildo. *Moderna gramática portuguesa*. 37. ed. revista e ampliada. Rio de Janeiro: Lucerna, 2001.

⁴⁷ Na história do português, há uma tradição de se imitar a língua dos escravos africanos omitindo-se o artigo, como ocorre já no século XVI em *Clérigo da Beira*, de Gil Vicente: “deoso nunca vai dormi / sempre abre oyo assi” (*apud* Neto, 1957: 459). Trata-se aqui, no entanto, de mímese e de um texto em verso. Tais exemplos devem ser, assim, interpretados com cuidado e não permitem conclusões a respeito da questão se, nas regiões brasileiras, com o contato intensivo com as línguas africanas, houve a formação de regras especiais para a utilização do artigo em português.

- BLASCO FERRER, Eduardo. *La lingua sarda contemporanea*. Cagliari: Ed della Torre, 1986.
- BÜHLER, Karl. *Sprachtheorie*, Jena. 1934.
- BYBEE, John; PERKINS, Revere; PAGLIUCA, William. *The evolution of grammar*. Tense, aspect and modality in the languages of the world. Chicago/London: The University of Chicago Press, 1996.
- CAMACHO, Roberto Gomes; PEZATTI, Erotilde Goreti. As subcategorias nominais contável e não-contável. In: KATO, Mary (Ed.). *Gramática do Português Falado*. Campinas: UNICAMP, 1996. p. 155-183. v. 5.
- CHRISTOPHERSEN, Paul. *The articles. A study of their theory and use in English*. Copenhagen/London: Einar Munksgaard/Humphrey Milford, 1939.
- COSERIU, Eugenio. Determinación y entorno. Dos problemas de una lingüística del hablar. *Romanistisches Jahrbuch* VII, p. 29-54, 1955-1956.
- CURAT, Hervé. Les déterminants dans la référence nominale et les conditions de leur absence. Genève/Paris: Droz, 1999.
- DUARTE, Maria Eugênia Lamoglia; CALLOU, Dinah (Ed.). *Para a história do português brasileiro*. Notícias de corpora e outros estudos. UFRJ/Letras/FAPERJ: Rio de Janeiro, 2002. v. IV.
- ECKERT, Gabriele. Sprachtypus und Geschichte. Untersuchungen zum typologischen Wandel des Französischen. Tübingen: Narr, 1986.
- EPSTEIN, Richard. The development of the definite article in French. In: PAGLIUCA, William (Ed.). *Perspectives on Grammaticalization*. Amsterdam/Philadelphia: John Benjamins, 1994.
- _____. The later stages in the development of the definite article: evidence from French. In: ANDERSEN, Henning (Ed.). *Historical Linguistics 1993*. Amsterdam/Philadelphia: John Benjamins, 1995.
- FLYDAL, Leiv. Remarques sur certains rapports entre le style et l'état de langue. *Norsk Tidsskrift for Sprogvidenskap* 16, p. 240-257, 1951.
- GAMILLSCHG, Ernst. *Zum romanischen Artikel und Possessivpronomen*. Sitzungsberichte der Preußischen Akademie der Wissenschaften, Phil.-Hist. Klasse, Sonderausgabe, tomo XXVII. Berlin: Verlag der Akademie der Wissenschaften, 1936.
- _____. Zum spanischen Artikel und Personalpronomen. *Revue de Linguistique Romane* 30, p. 250-256, 1966.
- GEISLER, Hans. Studien zur typologischen Entwicklung. Lateinisch. Altfranzösisch. Neufanzösisch. München: Fink, 1982.
- GIVÓN, Talmy. Definiteness and Referentiality. In: GREENBERG, Joseph H. (Ed.). *Universals of human language. Syntax*. Stanford/Cal.: 1978. p. 291-330. v. 4.

- GREENBERG, Joseph H. How does a language acquire gender markers. In: GREENBERG, Joseph H. (Ed.). *Universals of human language. Word Structure*. Stanford/Cal.: 1978, p. 47-82. v. 3.
- GREVISSE, Maurice. *Le bon usage. Grammaire française avec des remarques sur la langue française d'aujourd'hui*, 13. ed. Paris: Duculot, 1993.
- GUILLAUME, Gustave. *Le problème de l'article et sa solution dans la langue française*. Reedição com prefácio de Roch Valin (1. ed. 1919). Paris/Laval: Nizet/Les presses de l'Université Laval, 1975.
- HARRIS, Martin. Demonstratives, articles and third person pronouns in French: changes in process. *Zeitschrift für Romanische Philologie* 93, 3-4, p. 249-261, 1977.
- HASPELMATH, Martin. Why is grammaticalization irreversible? *Linguistics* 37, p. 1043-1068 1999.
- HEINE, Bernd; CLAUDI, Ulrike; HÜNNEMEYER, Friederike. *Grammaticalization. A conceptual framework*. Chicago: University of Chicago Press, 1991.
- HEINE, Bernd; KUTEVA, Tania. *World lexicon of grammaticalization*. Cambridge: CUP, 2001.
- HIMMELMANN, Nikolaus P. Deiktikon, Artikel, Nominalphrase. Zur Emergenz syntaktischer Struktur. Tübingen: Niemeyer, 1997.
- HOPPER, Paul J.; TRAUGOTT, Elizabeth Closs *Grammaticalization*. Cambridge: Cambridge University Press, 1993.
- <http://www.lettras.ufrj.br/phpb-rj/>
- JACOB, Daniel. Markierung von Aktantenfunktionen und "Prädeterminatio" im Französischen. Tübingen: Niemeyer, 1990.
- JACOBS, Haike. An optimality-theoretic analysis of phonological and syntactic aspects of enclisis and proclisis in old french, brazilian and european Portuguese. 1994. <http://roa.rutgers.edu/view.php3?roa=128>
- KABATEK, Johannes. Lo Codi und die okzitanischen Texttraditionen im 12. und 13. Jahrhundert. In: Rieger, Angelica (Ed.). *Provenzalistik, Altokzitanistik und Okzitanistik. Geschichte und Auftrag einer europäischen Philologie (Akten der gleichnamigen Sektion des Deutschen Romanistentages in Osnabrück 1999)*. Frankfurt am Main: Peter Lang, 2001. p. 147-163.
- KAROLAK, Stanisław. *L'article et la valeur du syntagme nominal*. Paris: PUF, 1989.
- KATO, Mary Aizawa. *A Semântica Gerativa e o Artigo Definido*. São Paulo: Ática, 1974.
- KRÁMSCKÝ, Jiří. The article and the concept of definiteness in language. The Hague/Paris: Mouton, 1972.

- KURYŁOWICZ, Jerzy. The evolution of grammatical categories. *Diogenes* 51, p. 55-71, 1965.
- LACA, Brenda. Sustantivos sin determinantes, función sintáctica y estructura informativa del enunciado en español. In: Lorenzo, Ramón (Ed.). *Actas do XIX congresso internacional de lingüística e filoloxía románicas. Lingüística teórica e lingüística sincrónica*. A Coruña: Fundación Barrié de la Maza, 1997. p. 495-510. v. I.
- _____. Presencia y ausencia del determinante. In: BOSQUE, Ignacio; DEMONTE, Violeta. *Real Academia Española: Gramática descriptiva de la lengua española*. tomo 3. Madrid: Espasa Calpe, 1999. p. 891-928.
- LABOV, William. *Principles of linguistic change I: internal factors*. Oxford: Blackwell, 1994.
- LANG, Henry R. The Collective Singular in Spanish. *PMLA* I, p. 133-148, 1884.
- LAURY, Ritva. On the grammaticization of the definite article *se* in spoken Finnish. In: ANDERSEN, Henning (Ed.). *Historical Linguistics 1993*. Amsterdam/Philadelphia: John Benjamins, 1995. p. 239-250.
- LEHMANN, Christian. *Thoughts on grammaticalization. A programmatic sketch*. Köln: Universität zu Köln, 1982. v. I., akup 48.
- _____. Grammaticalization: synchronic variation and diachronic change. *Lingua e Stile* 20, p. 303-318, 1985.
- LEONETTI JUNGL, Manuel. *El artículo y la referencia*. Madrid: Taurus, 1990.
- LERCH, Eugen. Gibt es im Vulgärlateinischen oder im Rumänischen eine "Gelenkpartikel"? *Zeitschrift für Romanische Philologie* 60, p. 113-190, 1940.
- LÜDTKE, Helmut. Sprachwandel als universales Phänomen. In: LÜDTKE, Helmut (Ed.). *Kommunikationstheoretische Grundlagen des Sprachwandels*. Berlin/New York: De Gruyter, 1980. p. 1-19.
- LYONS, Christopher. The Origins of Definiteness Marking. In: SMITH, J. C.; BENTLEY, Delia (Ed.). *Historical Linguistics 1995*, v. 1, p. 223-241, 2000.
- MATTOS E SILVA, Rosa Virginia (Ed.). *Para a história do português brasileiro*. tomo 2. São Paulo: USP, 2001.
- MEIER, Harri. Meu pai – o meu pai. *Boletim de Filologia* IX/II, p. 175-190, 1948.
- MEILLET, Antoine. L'évolution des formes grammaticales. *Scientia* 12, 26, 1912. Publicado também em MEILLET, Antoine. *Linguistique historique et linguistique générale*. tomo 1. Paris: Librairie Ancienne Honoré Champion, 1921. p. 130-148.
- MEISTERFELD, Reinhard. Numerus und Nominalaspekt. Eine Studie zur romanischen Apprehension. Tübingen: Niemeyer, 1998.

- _____. Die unbestimmte Bestimmung. Zur Entstehung des unbestimmten Artikels in den romanischen Sprachen. In: STAIB, Bruno (Ed.). *Linguística romanica et indiana. Festschrift für Wolf Dietrich zum 60. Geburtstag*. Tübingen: Narr, 2000.
- MEYER-LÜBKE, Wilhelm. *Grammatik der Romanischen Sprachen*. tomo 3. Leipzig: Reiland, 1899.
- NETO, Serafim da Silva. *História da língua portuguesa*. Rio de Janeiro: Livros de Portugal, 1957.
- NEVES, Maria Helena de Moura. *Gramática de usos do português*. São Paulo: UNESP, 2000.
- NOLL, Volker. Das brasilianische Portugiesisch. Herausbildung und Kontraste. Heidelberg: Winter, 1999.
- OESTERREICHER, Wulf. Gemeinromanische Tendenzen V. Morphosyntax. In: *LRL* II, 1, p. 273-309, 1996.
- PESSOA, Marlos de Barros. *Formação de uma variedade urbana e semi-oralidade: o caso do Recife, Brasil*. Tübingen: Niemeyer, 2003.
- PINTO, Edith Pimentel (Ed.). *O português do Brasil. Textos críticos e teóricos. 1820-1920*. São Paulo: USP, 1978. v. I.
- POTTIER, Bernard. L'absence d'article en français et sa motivation. *Revue de Linguistique Romane* 26, p. 158-162, 1962.
- RAIBLE, Wolfgang. Satz und Text. Untersuchungen zu vier romanischen Sprachen. Tübingen: Niemeyer, 1972.
- _____. Nominale Spezifikatoren ('Artikel') in der Tradition lateinischer Juristen oder Vom Nutzen einer ganzheitlichen Textbetrachtung für die Sprachgeschichte. *Romanistisches Jahrbuch* 36, p. 44-67, 1985.
- RAMAT, Anna Giacalone; Hopper, Paul J. *The limits of grammaticalization*. Amsterdam/Philadelphia: John Benjamins, 1998.
- REICH, Uli. Freie Pronomina, Verbalklitika und Nullobjekte im Spielraum diskursiver Variation des Portugiesischen in São Paulo. Tübingen: Narr, 2002.
- RICHTER, Elise. Zur Entwicklung der romanischen Wortstellung aus der lateinischen. Halle. 1903.
- ROHLFS, Gerhard. *Vom Vulgärlatein zum Altfranzösischen*. Tübingen: Niemeyer, 1959.
- _____. Rätoromanisch. Die Sonderstellung des Rätoromanischen zwischen Italienisch und Französisch. München: Beck, 1975.
- SANDALO, Filomena; Truckenbrodt, Hubert. Some Notes on Phonological Phrasing in Brazilian Portuguese. *MIT Working Papers in Linguistics* 43, p. 81-105, 2002. <http://www2.sfs.nphil.uni-tuebingen.de/home/hubert/papers/NBPP.pdf>
- SARAIVA, Maria Elizabeth Fonseca. *Buscar menino no colégio. A questão do objeto incorporado em português*. Campinas: Pontes, 1997.

- SATO, Kiyooki. *Der Artikel bei T. Sekiguchi*, Tübingen: Narr, 1986.
- SCHMIDT, Sabine. Theorie der sprachlichen Leerstelle und ihre Anwendung auf das Französische. Tübingen: Narr, 1989.
- SCHMITT, Christian. Die Ausbildung des Artikels in der Romania. In: Dahmen, Wolfgang; Holtus, Günter; Kramer, Johannes; Metzeltin, Michael (Ed.): *Latein und Romanisch*. Romanistisches Kolloquium I. Tübingen: Narr, 1987. p. 94-125.
- SEILER, Hansjakob; Lehmann, Christian (Ed.). *Apprehension*. Das sprachliche Erfassen von Gegenständen. Teil I: Bereich und Ordnung der Phänomene. Tübingen: Narr, 1982.
- SEILER, Hansjakob. *Apprehension. Language, object and order*. Part III: The universal dimension of apprehension. Tübingen: Narr, 1986.
- SELIG, Maria. *Die Entwicklung der Nominaldeterminanten im Spätlatein*: romanischer Sprachwandel und lateinische Schriftlichkeit. Tübingen: Narr, 1992.
- SOUZA, Pompeu de. A chegada do 'lead' ao Brasil. *Revista de Comunicação* 30 (ano 8), p. 24-29, 1992.
- SUNER, Margarita. *Syntax and semantics of spanish presentational sentence-types*. Washington: Georgetown University Press, 1982.
- TASMOWSKI-DE RYCK, Liliane. Déterminant, verbe et phrase. *Romanica Gandensia* 20, p. 81-93, 1983.
- TOOKE, John Horne. *ETIENNA ITTEPOENTA, or the Diversions of Purley*. London: Thomas Tegg, 1829 [1786/1805], 2 v.
- VAN PETEGHEM, Marleen. Non-spécificité, attributivité et article défini dans les langues romanes. *Travaux Linguistiques* (Gand), p. 45-56, 1989.
- VATER, HEINZ. *Einführung in die Referenzsemantik*. Köln: Institut für deutsche Sprache und Literatur, 1986.
- VOSSLER, Karl. *Frankreichs Kultur und Sprache: Geschichte der französischen Schriftsprache von den Anfängen bis zur Gegenwart*. Heidelberg, 1929.
- WACKERNAGEL, Jacob. *Vorlesungen über Syntax*. tomo II. Basel: Birkhäuser, 1924.
- WEINRICH, Harald. *Sprache in Texten*, Stuttgart: Klett, 1976.
- _____. Phonologische Studien zur romanischen Sprachgeschichte. Münster. 1958.
- _____. Textgrammatik der französischen Sprache. Stuttgart: Klett, 1982.
- WINKELMANN, Otto. Artikelwahl, Referenz und Textkonstitution in der französischen Sprache. Frankfurt/Main: Haag und Herchen, 1978.
- WILMET, Marc. Le système de l'article français: un bilan critique. *Travaux de Linguistique et de Littérature* 18/1, p. 53-64, 1980.
- WOLL, Dieter. Die Eigenentwicklung des brasilianischen Portugiesisch. Der Artikelgebrauch. *Romanische Forschungen* 94, p. 67-83, 1982.

- _____. "Na França" e "em França", mas só: "na Alemanha" – porquê? Pequena contribuição para a história do artigo definido nas línguas românicas. In: SCHMIDT-RADEFELDT, Jürgen (Ed.). *Semiótica e linguística portuguesa e românica. Homenagem a José Gonçalo Herculano de Carvalho*. Tübingen: Narr, 1993. p. 163-176.
- APF = *Amostras do português falado no Rio de Janeiro*. Editado por Maria da Conceição Paiva. Rio de Janeiro: UFRJ, 1999.
- BDI = Banco de dados interacionais. Programa de estudos sobre o uso da língua. Organizado por Cláudia Roncarati. Rio de Janeiro: UFRJ.
- FCS = A linguagem falada culta na cidade de Salvador. Materiais para seu estudo. Editado por J. Mota e V. Rollemberg. Salvador: UFB, 1994.